

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**LICENCIATURA EM LETRAS –  
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA,  
LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA**

**GIAN FRANCO MORETTO**

**RELAÇÕES RETÓRICAS  
E CLIVADAS CONCLUSIVAS E NÃO CONCLUSIVAS**

**PORTO ALEGRE**

**2014**

**GIAN FRANCO MORETTO**

**RELAÇÕES RETÓRICAS E CLIVADAS CONCLUSIVAS E NÃO CONCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

**PORTO ALEGRE**

**2014**

Dedico a Sílvio, Elisete e Daniel, meu pai, poeta,  
minha mãe e meu irmão. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meus familiares, a meus amigos, e a todos aqueles que fizeram parte dessa trajetória. Sou feliz por conviver com vocês.

Agradeço, em especial, a meu orientador, pela dedicação e auxílio recebidos até mesmo em meus momentos mais difíceis.

## RESUMO

O presente trabalho investiga o papel de sentenças clivadas na estrutura hierárquica do discurso, através de uma teoria independente da estrutura do discurso – a *Rhetorical Structure Theory*. De acordo com Menuzzi e Roisenberg (2010), há um número significativo de clivadas que se encontram em final de segmento temático, em textos maiores e mais planejados, sintetizando-o ou resumindo-o – as clivadas conclusivas, em oposição a clivadas que não encerram segmento temático, as não conclusivas. Além disso, embora pudéssemos supor que a clivadas estaria associada a relação retórica de *Contraste*, devido a suas características informacionais, os autores afirmam que a clivadas também podem estar associadas outras relações retóricas. Este trabalho tem como objetivo central verificar se (a) é possível detectar a função “conclusiva” das clivadas que ocorrem em final de segmento temático por meio das relações retóricas que estabelecem com o segmento que as precede e (b) se há grupos de relações retóricas naturalmente associados às noções pré-teóricas de clivadas conclusivas e não conclusivas. Os resultados, embora apenas indicativos, nos mostram que, ainda que nenhuma relação retórica seja claramente hegemônica nas clivadas conclusivas e não conclusivas, a clivada parece procurar satisfazer seus requisitos informacionais dentro do segmento no qual estabelece uma relação retórica.

Palavras-chave: Clivadas. Discurso. Teoria da Estrutura Retórica.

## ABSTRACT

This study investigates the role of cleft sentences in the hierarchical structure of discourse, through an independent theory of discourse structure – the Rhetorical Structure Theory (Mann & Thompson, 1988). According to Menuzzi and Roisenberg (2010), there are a significant number of clefts found at the end of text segments – in larger and more planned texts – that synthesise and summarize it – the conclusive cleft sentences, opposed to clefts that do not close text segments, the non-conclusive cleft sentences. Moreover, although we could assume that clefts should be associated to the *Contrast* rhetorical relation due to its information structure, the authors claim that other rhetorical relations may be associated to cleft constructions. This paper has as its main objective to verify whether (a) it is possible to detect the “conclusive” function of clefts that occur at the end of text segments through the rhetorical relations that they establish with the segment that precedes them and (b) whether there exist groups of rhetorical relations naturally associated to the pre-theoretical notions of conclusive and non-conclusive cleft sentences. The results, even though only indicative, demonstrate that, though no rhetorical relation is clearly hegemonic in conclusive and non-conclusive clefts, cleft sentences appear to satisfy their informational requirements in the segment in which a rhetorical relation is established.

Key-words: Cleft sentences. Discourse. Rhetorical Structure Theory.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA DAS CLIVADAS .....	11
2.2 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL DAS CLIVADAS .....	12
2.3 CLIVADAS CONCLUSIVAS E NÃO CONCLUSIVAS .....	14
2.4 RHETORICAL STRUCTURE THEORY.....	17
<b>3.HIPÓTESES SOBRE CORRELAÇÕES ENTRE RRS E TIPOS DE CLIVADAS.....</b>	<b>23</b>
<b>4.MÉTODO E RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
4.1 MÉTODO.....	28
4.2 RESULTADOS 1: RELAÇÕES RETÓRICAS E CLIVADAS NÃO CONCLUSIVAS .....	28
4.3 RESULTADOS 2: RELAÇÕES RETÓRICAS E CLIVADAS CONCLUSIVAS .....	33
<b>5.DISSCUSSÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>6.REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho<sup>1</sup> tem como objetivo estudar o papel de sentenças clivadas na estrutura hierárquica do discurso, explorando a possibilidade de que o papel das clivadas possa ser descrito em termos de alguma teoria independente da estrutura do discurso. Especificamente, a teoria aqui investigada é a *Rhetorical Structure Theory* (RST, cf. Mann & Thompson 1988, Mann & Taboada 2003), que concebe a estrutura segmental do texto como sendo organizada em termos de *relações retóricas* como *Contraste*, *Elaboração*, *Background*, etc. O presente trabalho parte de uma distinção pré-teórica entre clivadas conclusivas e não-conclusivas, e procura identificar possíveis correlações entre esses tipos de clivadas e tipos de relações retóricas.

De acordo com Menuzzi & Roisenberg (2010), há um número significativo de clivadas que, em textos maiores e mais planejados, ocorrem ao final de um segmento temático – por exemplo, em final de parágrafo. Os autores observam que muitas destas clivadas parecem ter a função de “concluir” o segmento do qual fazem parte. Por exemplo, há casos em que o desenvolvimento temático que precede a clivada resulta numa proposição com algum grau de indeterminação com relação a um de seus referentes; e a clivada encerra o desenvolvimento precisando este referente. Como no exemplo abaixo:

- (1) Pela primeira vez em sua história, o escritório regional do Unicef estabeleceu vias para donativos dirigidos a outros povos. “O Unicef Brasil tem uma tradição que é aplicar exclusivamente no país os fundos arrecadados aqui. Mas, em função da enorme vontade do povo brasileiro em ajudar, nós abrimos uma exceção e estamos com três operações de coleta. *Foi a enorme pressão popular que originou esta mudança*”, disse José Afonso Braga, chefe do setor de mobilização de recursos da organização.

Em (1), o trecho que precede a clivada discute o caráter excepcional de uma campanha da Unicef brasileira: diferentemente das campanhas normais, essa buscava arrecadar fundos

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida conjuntamente e sob orientação do Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi, no período em que atuei como Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Estrutura Informacional da Frase e Segmentação do Discurso em DRT”. Durante este período, apresentei resultados parciais da pesquisa nos XXIII, XXIV e XXV Salão de Iniciação Científica UFRGS, respectivamente nos anos de 2011, 2012 e 2013. Agradeço ao Prof. Sergio Menuzzi a autorização para apresentar e adaptar partes do artigo que estamos produzindo com base nos resultados obtidos em nossa pesquisa.

para vítimas de uma catástrofe externa (o tsunami asiático de 2004). O trecho desenvolve a idéia de que se tratava de uma campanha incomum, originada na “vontade do povo brasileiro”; e a clivada encerra este desenvolvimento enfatizando – na verdade, identificando – que foi “a pressão popular” o que levou à campanha. Menuzzi & Roisenberg (2010) chamaram a este efeito de identificação de um referente previamente indeterminado de “identificação por precisão” (ver também Teixeira & Menuzzi 2013). E à função da clivada de “encerrar”, “concluir”, um certo segmento de texto, Menuzzi (2010) chamou de “uso conclusivo” das clivadas; por oposição, “clivadas não conclusivas” são as que não ocorrem em fim de segmento texto e, portanto, não possuem uma “função conclusiva”.<sup>2</sup>

Frequentemente se presume que, em função de suas propriedades informacionais – *caráter pressuposicional* da oração clivada e de *foco contrastivo* do constituinte clivado – as clivadas estejam associadas a algum tipo de função discursiva de “contraste”, ou a algum ato de fala “contrastivo”, como a denegação (ver Roisenberg & Menuzzi 2008, e a seção 2.2 abaixo). Isso poderia indicar que, em termos das relações retóricas [daqui por diante, RRs] previstas pela RST, as clivadas apresentariam, senão correlação categórica, pelo menos uma forte tendência a co-ocorrer com RR que, em RST, mas se aproximaria destas noções – isto é, a RR de *Contraste* (para definição, ver Anexo A). Como Menuzzi (2010) aponta, o estudo de ocorrências reais de clivadas em português indica que as clivadas não estão necessariamente associadas à RR de *Contraste* – é possível encontrar clivadas em RRs como *Elaboração*, *Resultado*, entre outras. O trecho abaixo, por exemplo, mostra uma clivada que pode ser analisada em termos da RR de *Evidência* – a clivada fornece evidência para a afirmação que a precede (de que a idade mais delicada para o desenvolvimento da obesidade é dos sete aos 12 anos):

- (2) Os dados populacionais e os avanços da medicina comprovam que a obesidade infantil é uma epidemia mundial. Segundo o pediatra Mauro Fisberg, a idade mais delicada é dos sete aos 12 anos. “Algumas crianças conseguem reverter a situação, mas a maioria vai continuar obesa para sempre”, alerta. Essa triste previsão tem base científica. *É na infância que as células de gordura se formam*. Quando não há gasto suficiente de calorias, o excesso estimula o surgimento de uma quantidade

---

<sup>2</sup> A continuação do trecho em (1) mostra que o enunciado que segue a clivada inicia um novo “desenvolvimento temático” – isto é, um novo subsegmento de texto. Ver (5) abaixo.

maior de tecidos gordurosos. “Na adolescência, esses tecidos param de se multiplicar e passam a inchar”, explica a presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Valéria Guimarães, de Brasília.

Portanto, do ponto de vista de uma correlação direta entre clivadas e a RR de *Contraste*, o máximo que se pode esperar é algum tipo de preferência mais ou menos forte. Um dos objetivos deste estudo é verificar se essa expectativa se confirma.

O tipo de correlação previsto no parágrafo anterior presume que haja alguma associação direta entre a articulação informacional das clivadas e as RRs com que as clivadas co-ocorrem. Mas pode-se imaginar, também, que a associação entre clivadas e suas funções textuais seja menos direta. Se as clivadas conclusivas e as clivadas não conclusivas têm a distribuição que têm (fim de segmento temático vs. outras posições no segmento) por exercerem “funções textuais” diferentes, pode-se presumir que apresentarão correlações diferentes com as RRs. Afinal, são as RRs, na Teoria da Estrutura Retórica (RST), que organizam funcionalmente a estrutura de segmentos do discurso.

Assim, este trabalho busca também verificar se há algum grupo de RRs que, de algum modo, esteja “naturalmente associado à idéia de “conclusão” e, por isso, se correlacione com as clivadas conclusivas. Inversamente, pode-se esperar que RRs que não são “naturalmente associadas à idéia de conclusão” se correlacionem mais fortemente com clivadas não conclusivas. Por exemplo, como veremos na seção 3, do modo como se formula aqui a hipótese de associação entre RRs e a “função conclusiva em segmentos textuais”, esperamos encontrar uma correlação entre clivadas conclusivas e RRs como *Resumo, Reformulação, Avaliação, Interpretação*; e, inversamente, esperamos que RRs como *Contraste, Background, Evidência e Elaboração* fossem mais comuns com clivadas não conclusivas. Estas correlações também são investigadas neste trabalho.

O trabalho está organizado na seguinte maneira: na seção 2 apresenta-se uma breve caracterização sintática das clivadas e de seu estatuto informacional. A seguir, discute-se, com mais detalhes, a distinção entre “clivadas conclusivas” e “não conclusivas”, bem como os pressupostos teóricos da Teoria da Estrutura Retórica. A seção 3 descreve as hipóteses que investigamos, e a seção 4, o método e os resultados do trabalho. Na seção 5 discutimos alguns dos principais resultados e indicamos as conclusões que eles sugerem.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

No que segue, apresentamos muito sucintamente os principais elementos descritivos e noções analíticas que assumimos no restante do trabalho, no que concerne às sentenças clivadas.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA DAS CLIVADAS

De acordo com Costa & Lobo (2009, p.1), os seguintes tipos de clivada são encontrados na norma culta da língua portuguesa:

*Quadro 1 – Tipos de clivada da norma culta da língua portuguesa*

<b>Tipo de Clivada</b>	<b>Exemplo</b>
Clivadas canônicas	Foi o bolo <u>que</u> o João comeu.
Clivadas-Qu	Foi o bolo <u>o que</u> o João comeu.
Pseudo-clivadas	<u>O que</u> o João comeu <u>foi</u> o bolo.
Pseudo-clivadas invertidas	O bolo <u>foi</u> <u>o que</u> o João comeu.
Clivadas de <i>é que</i>	O bolo <u>é que</u> o João comeu.
Clivadas de <i>ser</i>	O João comeu <u>foi</u> o bolo.

Conforme Roisenberg (2009), há na literatura uma infinidade de análises para essas construções. Para os fins deste trabalho, no entanto, utilizaremos uma visão meramente descritiva, apenas para identificação da construção que nos interessa, as *clivadas canônicas* (doravante, apenas *clivadas*). A caracterização utilizada aqui é a apresentada por Lambrecht (2001), que, de maneira similar à Costa & Lobo (2009), as descreve como estruturas complexas formadas por uma oração com o verbo copular *ser* seguido do que parece ser um constituinte em posição de predicativo – chamado de “constituinte clivado” –, e de uma oração similar a uma relativa – chamada de oração clivada. No exemplo a seguir:

- (3) *É a dúvida que me norteia.* Ela é um estímulo porque não tenho certeza de nada, só do que duvido. É como disse Descartes, filósofo de que muito gosto: “Se duvido, penso, se penso, existo”.

É a dúvida que me norteia é a sentença clivada, a dúvida é o “constituente clivado”, que me norteia a oração clivada. Conforme Braga, Kato & Mioto (2009 *apud* BRAGA, 2009, p. 179):

“[...] a clivagem é, muitas vezes, entendida como uma operação que se aplica a uma sentença qualquer [...] e a cinde em duas [...] O resultado desta cisão é que ela produz um nível de encaixe [...] ausente da sentença que sofreu o processo de clivagem.”

## 2.2 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL DAS CLIVADAS

De acordo com a literatura (ver Roisenberg & Menuzzi 2008, Roisenberg, 2009 para discussão e referências), há duas características que são normalmente associadas à “articulação informacional” das clivadas – isto é, ao modo como as clivadas tipicamente se organizam em termos de “informação nova” e “informação velha”: (i) o caráter de *foco contrastivo* do constituente clivado, o que inclui os chamados *efeitos de exaustividade*, e (ii) o caráter *pressuposicional* da oração clivada, que tende a ser uma proposição mencionada no contexto prévio, ou inferível dele, ou ainda de conhecimento geral, compartilhada entre falante e interlocutor. Podemos ilustrar estas características com o exemplo a seguir:

- (4) Sem contestar pesquisas e resultados, dentro do tradicional espírito de porco que me acompanha desde criancinha, discordo da quase totalidade das análises feitas pelos entendidos, que creditam vitórias e derrotas aos partidos. Como não temos partidos para valer, fico na minha. Quem ganhou ou perdeu o fez por conta própria, por mérito ou demérito próprio. [...] No caso de São Paulo, por exemplo, não foi Serra quem ganhou e muito menos o PSDB. *Foi Marta que perdeu.*

No exemplo em (4), vê-se que a oração clivada *que(m) perdeu* é previamente dada no discurso: o texto trata do resultado das eleições de São Paulo e presume que a proposição “alguém perdeu” seja aceita pelo leitor – isto é, é *pressuposta* pelo autor.<sup>3</sup> O que o autor do

---

<sup>3</sup> Não analisaremos aqui o caso da clivada que precede o exemplo que discutimos – *Não foi Serra quem ganhou*: trata-se de um uso mais complicado, que envolve aspectos retóricos mais complexos. Para começar, à primeira vista, parece ser uma afirmação contrafactual, já que, na verdade, Serra ganhou as eleições. O

texto se propõe a discutir é a identidade da pessoa que perdeu; e o constituinte clivado (*foi*) *Marta* fornece essa identidade: fornece a informação nova que o autor quer veicular para seu interlocutor – é o “foco” da sentença clivada em destaque em (4). A literatura também descreve esta “função de identificação” das clivadas dizendo que a pressuposição de uma clivada é uma “proposição aberta”: uma proposição que possui uma “variável livre”, cujo valor é “identificado” pelo constituinte clivado. Isso é, pode-se dizer que a pressuposição da clivada *Foi Marta que perdeu* corresponde à proposição aberta “x perdeu”, e que o segmento *Foi Marta* identifica o valor de x (isto é, afirma que “x = Marta”).

Note-se: o constituinte clivado é um “foco contrastivo” porque, além de ser “informação nova”, é oposto a um termo semanticamente comparável e saliente no contexto – no caso de (4), o termo comparado a *Marta* é *Serra*: o que a clivada afirma de *Marta* (que é o valor de x em “x perdeu”), infere-se, não se aplica a *Serra* (isto é, *Serra* não é um valor possível de x em “x perdeu”). Por isso, diz-se que *Marta* e *Serra* formam um “conjunto de alternativas contextuais”, e que a clivada em destaque em (4) é “exaustiva”: ela se aplica apenas a uma das alternativas contextuais e exclui as demais (cf. Kiss 1998; ver também Teixeira & Menuzzi 2013 para discussão).

É interessante notar também que a clivada “inverte” a ordem de organização da informação. Se normalmente a clivada se organiza entre Tópico e Foco, ou seja, informação velha seguida de informação nova, a clivada faz o oposto: o constituinte clivado apresenta foco – em (4), *Marta* –, enquanto a oração clivada traz uma informação velha (ou compartilhada) – no mesmo exemplo, *que perdeu*.

Mencionamos na introdução que, por serem pressuposicionais e “contrastivas” no sentido apresentado no parágrafo precedente, as clivadas frequentemente são usadas para denegar uma asserção alheia, ou corrigir alguma pressuposição ou expectativa contextual (cf. especialmente Givón 1992; para discussão, Roisenberg & Menuzzi 2008). Inclusive, pode-se ver este aspecto do uso das clivadas no exemplo (4), onde o autor parece “brincar com as palavras”: dá a entender que alguém acredita que a melhor maneira de se descrever os resultados da eleição de São Paulo é dizendo que “Foi o Serra que ganhou, e não a Marta que perdeu”; mas nega esta posição e afirma que a melhor maneira de descrever os resultados é dizendo o contrário: “Não foi Serra que ganhou, mas Mara que perdeu”.

---

trecho sugere que o *não*, nesta clivada, tem caráter metalinguístico: “não é muito exato dizer que foi o Serra que ganhou as eleições; é mais exato dizer que foi a Marta que perdeu.”

Portanto, há dois sentidos em que se pode falar que as clivadas são “contrastivas”:

(a) são “contrastivas” num sentido mais estritamente informacional, em que o constituinte clivado é “comparado” com termos que poderiam satisfazer a proposição da oração clivada – mas aos quais ela não se aplica (em (4), de “Foi Marta que perdeu” infere-se que “Serra não perdeu”); e (b) são “contrastivas” num sentido mais “retórico” por envolverem uma “oposição” a alguma asserção, pressuposição ou expectativa contextual (em (4), a expectativa de que a sentença “Foi Serra que ganhou” seria um modo adequado de descrever os resultados da eleição). Embora provavelmente ambos os efeitos estejam associados, é preciso distingui-los porque podem não co-ocorrer (ver Roisenberg & Menuzzi 2008, Menuzzi 2012). É interessante observar que, das duas noções de “contraste” acima descritas, a segunda pareceria ser mais apropriada para ser considerada uma “relação retórica”. Como veremos nas seções 4 e 5 abaixo, a RR de *Contraste* definida pela RST, entretanto, se aproxima mais da noção “informacional” de contraste.

### 2.3 CLIVADAS CONCLUSIVAS E NÃO CONCLUSIVAS

Givón (1992) observou que clivadas e pseudoclivadas possuem distribuições textuais diferentes – em particular, clivadas são incompatíveis com abertura de discurso e ocorrem frequentemente em final de segmento textual. Partindo destas observações, Menuzzi & Roisenberg (2010) buscaram estabelecer alguma relação entre elas e as propriedades informacionais características das clivadas e pseudoclivadas. Num estudo preliminar de ocorrências em textos de jornais e revistas, os autores observaram que vários dos exemplos com as clivadas em posição final de segmento são caracterizados por um certo tipo geral de desenvolvimento temático (Menuzzi & Roisenberg 2010, p.6):

- (a) a “proposição aberta” que corresponde à clivada está “ativa, em discussão” no contexto;
- e (b) a sentença tem caráter “conclusivo”, de “fechamento” de segmento temático do discurso – por isso, a “posição final” em segmento com certo desenvolvimento;
- (c) o caráter conclusivo tem a ver com o constituinte clivado “precisar, tornar exato” o valor, indeterminado pelo segmento precedente, da variável aberta;
- (d) este valor estava “em discussão”, razão pela qual o constituinte clivado é anafórico.

Por exemplo, considere-se o caso em (1) acima, repetido abaixo, agora com o contexto subsequente à clivada sendo reproduzido (cf. nota 2):

- (5) [...] pela primeira vez na sua história, o escritório regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) quebrou uma de suas regras básicas e estabeleceu vias para donativos da população nativa para beneficiar outros povos. ‘O Unicef Brasil tem uma tradição que é aplicar exclusivamente no país os fundos arrecadados aqui. Mas em função da enorme vontade do povo brasileiro em ajudar, nós abrimos uma exceção e estamos com três operações de coleta. *Foi a enorme pressão popular que originou esta mudança*’ – disse José Afonso Braga, chefe do setor de mobilização de recursos da organização em território nacional, sediada em Brasília. O governo Lula rapidamente enviou 16 toneladas de medicamentos e alimentos para Bangcoc, num avião da Força Aérea. “A ajuda brasileira foi muito bem-vinda e já foi toda distribuída”, disse a ISTOÉ Joana Scholtes, a brasileira representante da ONU na coordenação da emergência na Tailândia. [...]

Em (5), a clivada encerra o segmento temático que discorre sobre o ineditismo da decisão do Unicef Brasil, e o faz identificando exatamente o motivo desta decisão inédita: a enorme pressão popular. Note-se: a proposição aberta “x originou esta mudança” está “ativa” no contexto; e o que se discute, no trecho, é precisamente o valor de x. Observe-se, ainda, que a posição da clivada é em “final de segmento temático” porque, logo a seguir, inicia-se um novo tema: a implementação da ajuda brasileira. Portanto, a função da clivada, no trecho acima, é “concluir” o segmento temático a que pertence – razão pela qual Menuzzi (2010) chamou tais ocorrências de “clivadas conclusivas” (ver Menuzzi & Roisenberg 2010, Menuzzi 2010, para outros exemplos e discussão).

Mencionamos a observação de Givón de que as clivadas não ocorrem facilmente em abertura de discurso; entretanto, elas nem sempre são “conclusivas” – isto é, nem sempre ocorrem em final de segmento temático. Considere-se, outra vez, o exemplo (4) acima, agora também com contexto subsequente à clivada sendo reproduzido:

- (6) Sem contestar pesquisas e resultados, dentro do tradicional espírito de porco que me acompanha desde criancinha, discordo da quase totalidade das análises feitas pelos entendidos, que creditam vitórias e derrotas aos partidos. Como não temos partidos para valer, fico na minha. Quem ganhou ou perdeu o fez por conta própria, por mérito ou demérito próprio. [...] No caso de São Paulo, por exemplo, não foi

Serra quem ganhou e muito menos o PSDB. *Foi Marta que perdeu*. E, como bem disse Tereza Cruvinel, perdeu por ter continuado sendo a Marta, não a boa prefeita que foi, mas a Marta que não deixou de ser a Marta desvinculada de seu cargo público.

O segmento textual sobre a derrota de Marta Suplicy nas eleições para a prefeitura de São Paulo continua mesmo após a clivada. A clivada, aqui, não “conclui” o segmento a que pertence; trata-se, portanto, de uma clivada *não conclusiva*.

Segundo Menuzzi & Roisenberg (2010) e Menuzzi (2010), é possível que a distribuição textual das clivadas seja, em parte, determinada por suas propriedades informacionais típicas. Por exemplo, os autores afirmam que o que parece caracterizar a pressuposição das pseudoclivadas em abertura de discurso é a facilidade com que podem ser “acomodadas”; já a pressuposição das clivadas é normalmente anafórica ou inferível do segmento precedente, o que as torna impróprias para ocorrer em começo de segmento textual. Observam, ainda, que clivadas conclusivas como (5) não apresentam o “efeito de exaustividade” que a literatura costuma atribuir às clivadas em geral (cf. Kiss 1998): a “identificação do valor da variável” em (5) não se dá por “exclusão” – não há alternativas contextuais à “pressão popular”. Estas observações sugerem que a distinção entre clivadas conclusivas e clivadas não conclusivas pode estar relacionada diretamente aos aspectos informacionais das clivadas – ao tipo de pressuposição ou de identificação que realizam.

Uma outra possibilidade é que a distinção entre clivadas conclusivas e não conclusivas não tenha relação direta com tais aspectos informacionais. Para a RST, a estrutura hierárquica dos segmentos do discurso – e, portanto, a conexão entre as sentenças de um texto – é determinada pelas relações retóricas [RRs] que segmentos e sentenças estabelecem entre si. Portanto, é possível que o principal elemento a determinar se uma clivada é conclusiva ou não conclusiva é o tipo de RR que estabelece com o segmento precedente.

Em nosso estudo da distribuição das clivadas em textos escritos, procuramos verificar se há evidências para as duas possibilidades acima indicadas: (a) se há evidência de que a distinção entre conclusivas e não conclusivas tem relação com aspectos informacionais da clivadas; e (b) se há evidência de que a distinção entre conclusivas e não conclusivas tem relação com as RRs que as clivadas estabelecem com os segmentos do contexto.

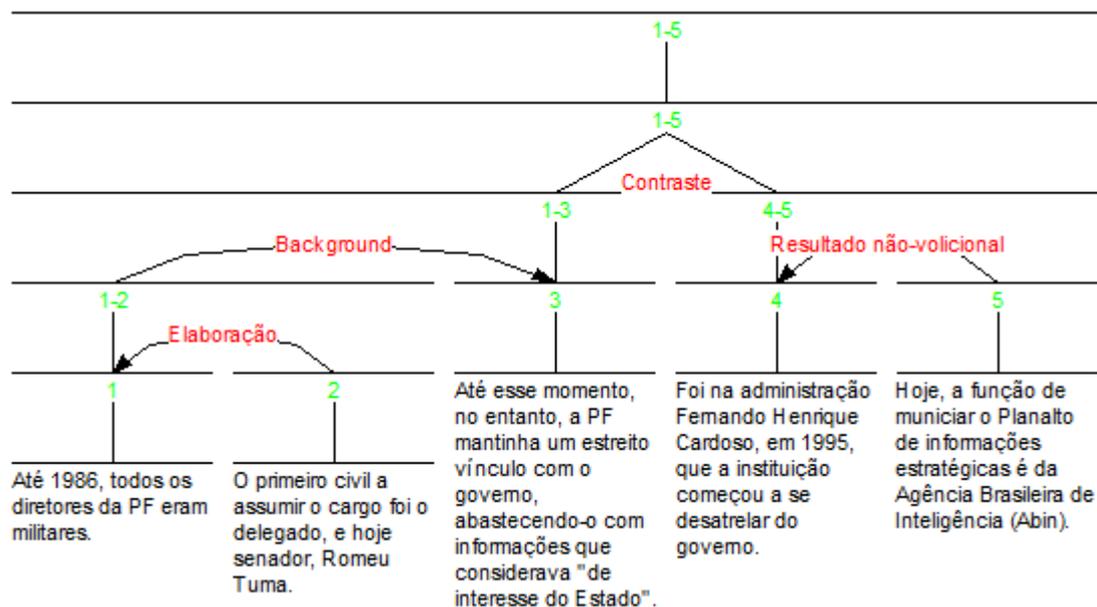
## 2.4 RHETORICAL STRUCTURE THEORY

A *Rhetorical Structure Theory* [RST], desenvolvida por Mann & Thompson (1988), foi criada com o objetivo inicial de fornecer uma ferramenta que auxiliasse programas de geração automática de textos. Construída a partir da análise de inúmeros textos, a RST tornou-se independente de sua utilização para fins computacionais, tendo como objetivo central a descrição da estrutura de textos.

A RST apoia-se no pressuposto de que todo texto é constituído por unidades de sentido, que estabelecem algum tipo de relação entre si. Tais unidades compõem-se hierarquicamente, a partir de unidades menores, como a oração, formando, sucessivamente, unidades maiores, como o parágrafo e até mesmo o texto em sua composição global. De acordo com a RST, a descrição de um texto a partir de *relações retóricas* [RRs] proporciona uma explicação para o fenômeno da coerência: um texto é coerente quando tem todas as partes que o compõe estabelecendo algum tipo de ligação entre si, sem a existência de lacunas, isto é, de sequências desconexas.

Em (7) abaixo, apresentamos um exemplo de análise em RST:

(7)



A análise segmenta o trecho em duas partes principais: o subsegmento que inclui as sentenças de 1 a 3, que basicamente diz que houve um período em que a PF tinha estreito vínculo com o governo, sendo seu serviço de inteligência; e o subsegmento de 4 a 5, em que se diz que partir do governo FH a PF se desatrelou do governo (de modo que já não é

seu serviço de inteligência). A relação entre os dois segmentos é de *Contraste* porque compara a situação da PF antes e depois do governo FH e afirma que ela era diferente (ver a definição de *Contraste* no Anexo A abaixo). Como ambos os segmentos contribuem igualmente para o texto, *Contraste* é considerada uma relação “multinuclear” – isto é, em que os segmentos relacionado são igualmente centrais para os objetivos do trecho. Núcleos são sempre representados por linhas retas; relações multinucleares são representadas pela ramificação de um segmento (1-5) em dois (ou mais) segmentos nucleares (1-3 e 4-5).

Agora analisemos o segmento 1-3. Nele, o subsegmento nuclear é a sentença 3, que é a que contribui com a idéia de que houve um período em que a PF era o serviço de inteligência do governo – que é o segmento que contrasta com o núcleo do segmento 4-5. A sentença 3 é auxiliada pelo segmento 1-2, que especifica quando a PF foi o serviço de inteligência do governo – isto é, especifica um elemento sem o qual a sentença 3 seria menos inteligível: o segmento 1-2 fornece o *Background* para o núcleo 3, sendo por isso um “satélite” da sentença 3 (ver a definição de *Background* no Anexo A abaixo). Satélites são segmentos menos centrais que seus núcleos; são representados, graficamente, por meio de um arco orientado ao núcleo. Relações entre segmentos satélites e um núcleo refletem o fato de que apenas um dos segmentos é mais central – são relações “mononucleares”. Note-se, ainda, que no segmento 1-2, o núcleo é 1 – a sentença 2 apenas dá mais detalhes sobre aspecto de 1, indicando qual o civil que encerrou a série de diretores militares da PF. A sentença 2 é um satélite numa relação de *Elaboração* com a sentença 1, que é o núcleo do segmento ver a definição de *Elaboração* no Anexo A abaixo).

Em resumo, a RST analisa textos estabelecendo relações entre segmentos, que podem ser compostos de uma ou mais sentenças. Estas relações podem ser “multinucleares”, quando ambos os segmentos contribuem igualmente para as finalidades correntes do texto, ou “mononucleares”, quando há um segmento mais central – o *núcleo* – que o segmento auxiliar – o *satélite*. E as relações são chamadas de “retóricas” porque, para a RST, embora as relações tenham semânticas diversas, todas têm alguma finalidade particular em relação ao segmento com que estão associadas. Especificamente, cada RR pode ser definida por quatro aspectos: as *restrições no núcleo* (N), as *restrições no satélite* (S), as *restrições na combinação do núcleo e do satélite* (N + S), e o *efeito* – que é definido em relação a *intenções do autor*. No quadro abaixo, apresentamos alguns exemplos das definições das RRs atualmente adotadas em RST (cf. Mann & Taboada 2006 e referências

lá citadas). Apresentamos a lista completa, tal como consta no website da RST, no Anexo A.

*Quadro 2 – Definição de algumas relações retóricas atualmente adotadas em RST*

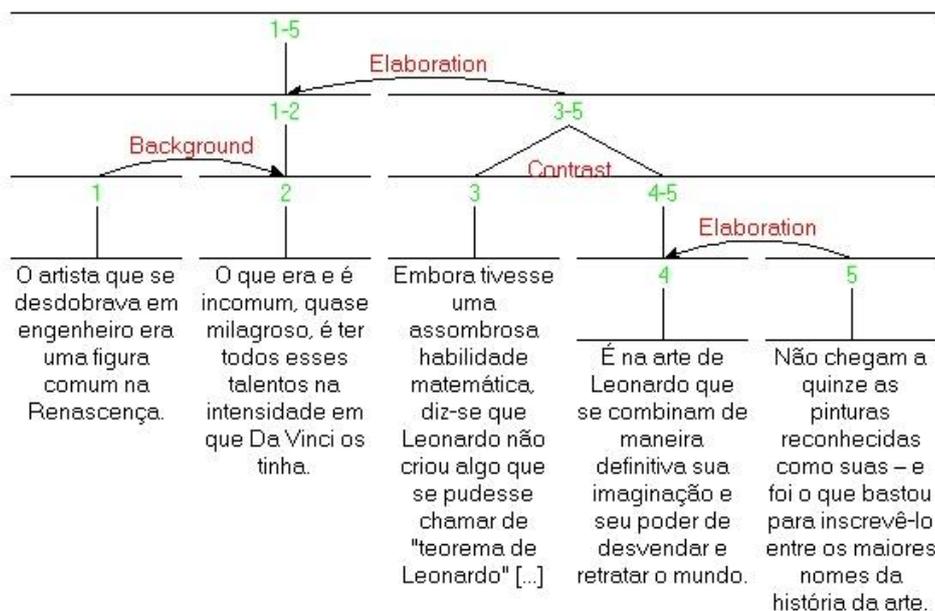
<i>Algumas das relações mononucleares</i>			
<i>Nome da Relação</i>	<i>Restrições em N ou S, individualmente</i>	<i>Restrições em N + S</i>	<i>Intenção do Autor (A) / Efeito</i>
<i>Resumo</i>	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, mas mais curta e de “peso” inferior	Efeito: Leitor (L) reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N
<i>Evidência</i>	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o credível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
<i>Fundo (Background)</i>	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
<i>Justificação</i>	Nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta
<i>Elaboração</i>	Restrições em N: N deve ser mais do que uma unidade	em N + S: S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	Efeito: Leitor reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N
<i>Avaliação</i>	Nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
<i>Resultado Involuntário</i>	Em S: S não representa uma ação voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objetivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S

<i>Algumas relações multi-nucleares</i>		
<i>Nome da Relação</i>	<i>Condições em cada par de N</i>	<i>Intenção do Autor</i>
<i>Contraste</i>	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada
<i>Lista</i>	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados

É importante mencionar a esta altura que não consta na RST uma RR de *Conclusão* – a “função conclusiva” a que Menuzzi e Roisenberg (2010) se referem é uma noção pré-teórica, distinta das definições das RRs propostas pela RST. Como veremos mais detalhadamente nas seções a seguir, um dos objetivos deste trabalho é justamente verificar se há RRs cujo conteúdo semântico coincida com a noção de conclusão proposta pelos autores.

Em relação às clivadas, mencionamos antes que, devido às suas propriedades informacionais – especialmente, do caráter contrastivo de foco –, muitas vezes se costuma associar esta construção a algum tipo de “relação retórica de oposição” – ou de “contraste”, em algum sentido intuitivo. Também mencionamos que Givón, inclusive, vê as clivadas como estruturas especializadas em negar asserções, pressuposições, expectativas, etc. Podemos ver que a própria definição da RR de *Contraste*, dada no quadro acima, expressa exatamente essa idéia de comparação por meio de oposição. Esse tipo de uso da clivada já foi exemplificado no trecho em (6) acima. Outro caso similar, em que se pode argumentar que a clivada está em uma RR de *Contraste*, é o seguinte:

(8)

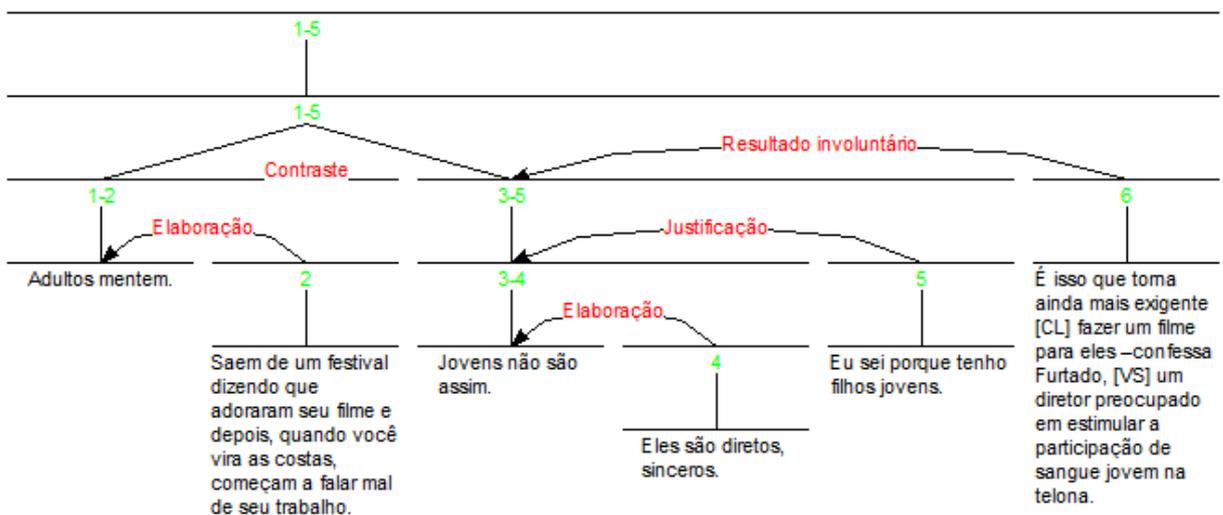


O tema desenvolvido no trecho acima são os talentos de Leonardo da Vinci – talentos que eram tanto científicos quanto artísticos. É isso o que o núcleo do trecho, o segmento 1-2, enuncia. Este tema é elaborado, entretanto, por uma oposição: não foi na

ciência que o talento de Leonardo atingiu seu maior poder de criação (segmento 3), mas na arte (segmento 4). Como se vê, a clivada é justamente a segunda parte deste segmento “contrastivo”: a sentença 3 introduz o termo de comparação – as conquistas de Leonardo na ciência, e a sentença 4 “contrasta” estas conquistas, relativamente humildes, com a excelência da criação artística de Leonardo.

Portanto, é verdade que clivadas são usadas não apenas para estabelecer “contraste” informacional, opondo termos em relação a algum tipo de predicação; mas esta operação semântica pode ser, inclusive, o elemento retórico organizador de um segmento textual, como em (8) ou (6) acima – portanto, o “contraste” informacional pode corresponder à função retórica de *Contraste* da clivada. Por outro lado, já havíamos mencionado que nem todas as clivadas são usadas com a RR de *Contraste* – é o caso do exemplo (5) acima, em que a clivada está numa RR de *Evidência*. Abaixo apresentamos outro exemplo, em que a RR é de *Resultado*:

(9)



Em resumo, a RST permite analisar um texto de acordo com as relações que os segmentos textuais estabelecem entre si. É, portanto, um instrumento para descrever e compreender a função que as sentenças podem ter na organização segmental de um texto. Por isso, nosso trabalho parte da hipótese de que deve haver algum tipo de correlação entre RRs como as definidas pela RST, e a distinção entre clivadas conclusivas e não

conclusivas. Na próxima seção, explicitamos um pouco mais que tipo de correlações esperamos.

### 3. HIPÓTESES SOBRE CORRELAÇÕES ENTRE RRS E TIPOS DE CLIVADAS

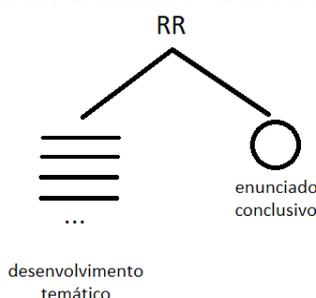
Lembramos aqui nosso objetivo: verificar se é possível detectar a função “conclusiva” das clivadas que ocorrem em final de segmento temático por meio das RRs que estabelecem com o segmento que as precede. O raciocínio por trás de tal hipótese é que a noção de “conclusão de um segmento temático” – na medida que tenha alguma validade – diz respeito à organização do texto em segmentos e suas partes. Logo, deve se refletir de algum modo nos recursos que utilizamos para descrever as relações entre segmentos textuais. Por exemplo, numa perspectiva como a da RST, deve se refletir no tipo de RRs que tipicamente estabelecerão com os segmentos precedentes.

Tendo em mente este tipo de correlação, nos perguntamos que tipos de RRs poderiam favorecer que seu enunciado final – isto é, a última sentença ou o último segmento da RR – pudesse ter um caráter de “conclusão”, de “encerramento”, de um desenvolvimento temático. O melhor modo de determinar isso seria, sem dúvida, por meio de um estudo que buscasse estabelecer se, de fato, essa correlação existe. Esse estudo poderia, por exemplo, descobrir que existe tal correlação – isto é, apenas um certo subconjunto das RRs propostas pela RST ocorre unindo os segmentos finais de textos e de subpartes do texto; e mais: poderia também descobrir que este certo subconjunto de RRs varia de acordo com os gêneros textuais.

Não dispondo deste tipo de trabalho preliminar, postularemos aqui um conjunto de hipóteses relativamente simples, de caráter semântico-estrutural.

Nossa primeira hipótese é a seguinte: as RRs que “favorecem” a função de “conclusão de um desenvolvimento temático” são aquelas que, por causa de sua semântica, naturalmente tendem a ter seu último elemento (sentença ou segmento) precedido por um conjunto de elementos (sentenças ou segmentos) – isto é, por um “desenvolvimento temático”. Esquemáticamente, podemos representar esse tipo de RR do seguinte modo:

(10) Hipótese 1: características semântico-estruturais das RRs conclusivas

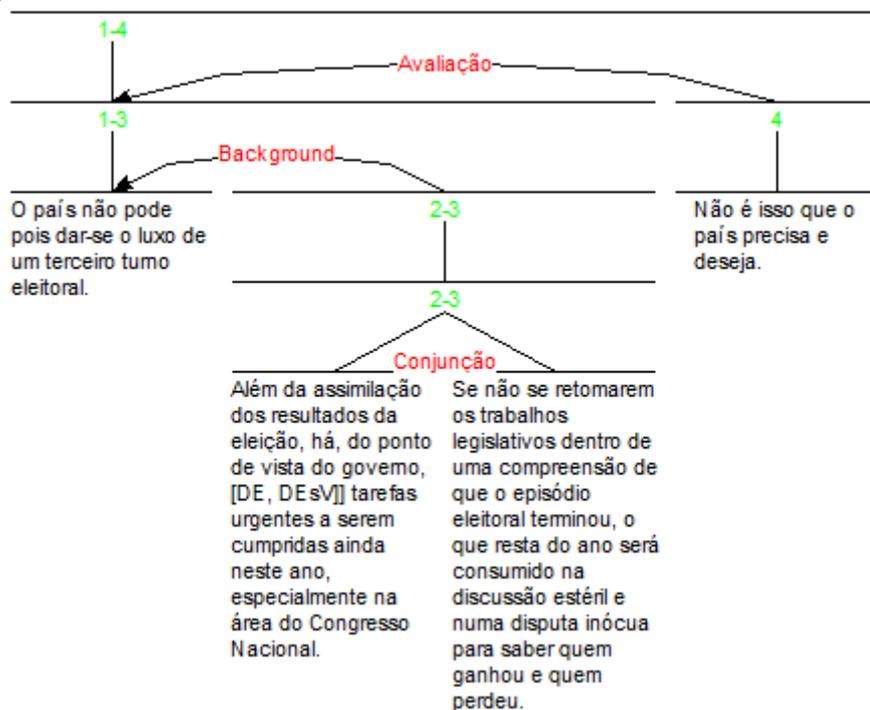


Para ilustrar o tipo de RR que temos em mente, considere-se por exemplo a definição da RR de *Resumo* (ing. *Summary*), como no quadro acima: o núcleo de uma RR de *Resumo* deve conter mais de uma “unidade” – portanto, algum “desenvolvimento”; e o satélite é uma paráfrase mais curta, que o leitor reconheça como síntese do núcleo.

Normalmente, as definições das RRs em RST não se referem à extensão dos segmentos relacionados – contrariamente ao caso de *Resumo*. Mas nossa experiência na leitura de textos e análise deles em termos de RRs sugere que certas relações tendem a ser mais próprias para concluir desenvolvimentos, outras mais próprias para iniciar desenvolvimentos e, finalmente, outras que nos parecem indiferentes. Na classe das RRs próprias para *introduzir* desenvolvimentos estão, nos parece, as relações de *Background* e *Elaboração*. *Background* (ou *Fundo*) é uma relação pela qual o satélite fornece uma informação subsidiária, mas ainda assim necessária, para a compreensão do núcleo que desenvolve um tema. Por exemplo, frequentemente, serve para introduzir um referente, ou ativar um conjunto de referentes, que orientarão o desenvolvimento seguinte – veja-se, por exemplo, o papel dos segmentos iniciais de *Background* nos exemplos (7) e (8) acima. A RR de *Elaboração*, por outro lado, tende a ser usada quando uma sentença de caráter mais geral abre um certo desenvolvimento, que precisa se tornar mais “concreto”, mais “específico”, o que se faz por meio de vários níveis – e, portanto, por uma sucessão de relações de *Elaboração*. Um exemplo típico é o caso de (8) acima. Portanto, a nosso ver, *Background* e *Elaboração* seriam relações tipicamente “não conclusivas”.

Como vimos acima, *Resumo* é uma RR que tem características de uma “RR conclusiva”. Mas também consideraremos, como hipótese de saída, algumas outras RRs que, a nosso ver, parecem ser usadas com frequência para concluir desenvolvimentos temáticos – ao menos, se pensarmos intuitivamente no tipo de operação que fazemos ao concluirmos argumentos, exposições, etc. São elas *Justificativa*, *Avaliação*, *Interpretação* e *Resultado* (*volicional* ou não). Parece-nos razoável esperar que muitas de nossas discussões se encerrem por uma justificação, uma avaliação ou uma interpretação do que sustentamos (ver as definições destas relações no ANEXO A). Abaixo, apresentamos um exemplo de clivada conclusiva numa relação de *Avaliação*:

(11)



Além disso, imaginamos que muitos dos argumentos envolvem uma cadeia elaborada de raciocínio cuja conclusão é um “resultado” (uma consequência ou efeito) do que precede. De fato, os trechos em (7) e (9) terminam em RRs de *Resultado*. Em resumo, levando em conta as características semânticas que nos parecem adequadas para um enunciado ser “conclusivo”, identificamos o seguinte subconjunto de RRs como “caracteristicamente conclusivas”:

(12) Hipótese 2: Conjunto de RRs caracteristicamente “conclusivas”:

*Resumo, Justificativa, Avaliação, Interpretação e Resultado*

Consideraremos, para os fins de nossas hipóteses de trabalho, as demais RRs como “não caracteristicamente conclusivas”.

Ainda em relação às propriedades das RRs acima, observamos que são todas relações “mononucleares”, isto é, RRs em que há um núcleo e há um satélite. Nos parece claro que se há um certo segmento que desenvolve um tema e em que o último enunciado apenas o “fecha” de algum modo, é de se esperar que o “desenvolvimento” seja mais central para o texto do que o enunciado de conclusão. Isto nos parece claro para relações como *Resumo* e *Justificativa*, por exemplo. Assim, podemos imaginar que os enunciados

conclusivos não apenas ocuparão a posição final em um certo segmento, como estarão numa das relações acima descritas e, além disso, serão o satélite de tais relações. De fato, se verificarmos as definições das RRs, veremos que o segmento que é o *Resumo* de outro é considerado o satélite da RR, bem como os segmentos que são a *Justificativa*, a *Avaliação*, a *Interpretação* e o *Resultado*. Portanto, partindo da correlação entre ordem e “função conclusiva” e das características das RRs, propomos ainda um terceiro conjunto de hipóteses mais estritamente “estruturais”:

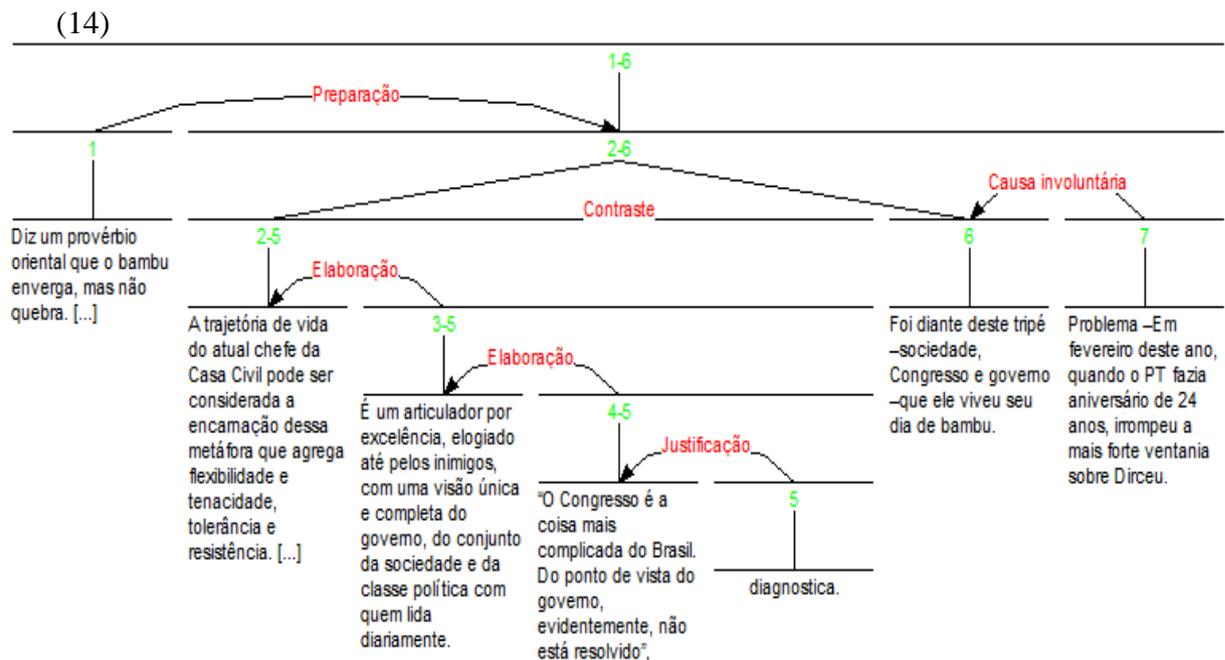
- (13) Hipóteses 3: sobre a “estrutura preferencial” dos segmentos conclusivos
- (a) O segmento conclusivo é o segmento final da RR a que está vinculado;
  - (b) e é o satélite da RR mononuclear a que está vinculado.

É importante, nessa discussão sobre as correlações que esperamos entre clivadas conclusivas e tipos de RRs, esclarecer a situação das RRs multinucleares e, especialmente, da relação de *Contraste* – tão frequentemente associada às clivadas.

Se olharmos as definições das RRs multinucleares, veremos que, exceto pela relação de *Disjunção*, muitas são, na verdade, variantes da relação tradicional de *Conjunção* (aditiva): unem um ou mais segmentos que têm função similar e mesmo “tipo de contribuição” para o texto. A RST faz distinções mais finas entre estas relações, reconhecendo como subtipos: *Lista*, *Sequência*, *Junção*. Nos parece que, na linha de raciocínio que seguíamos, tais RRs *não* favorecerão o uso de enunciados conclusivos precisamente porque não distinguem, em termos de contribuição semântica, os vários enunciados componentes. Isto é, no caso de RRs de *Conjunção* (*Lista*, *Sequência*, etc.), as unidades contribuem igualmente para texto (ver, por exemplo, (11) acima), e o único elemento a favorecer a função “conclusiva” de um enunciado seria sua posição – ao final da sequência. Fatores de ordem estrutural (ser um satélite) ou funcional (ser um tipo semântico diferente do segmento precedente e próprio para “fechamento”) não teriam qualquer papel. Concluímos que tais RRs multinucleares são “caracteristicamente não conclusivas”.

Por outro lado, quando consideramos as duas RRs multinucleares restantes, *Disjunção* e *Contraste*, verificamos que a situação é um pouco diferente: embora as unidades relacionadas tenham o mesmo “grau de importância” para o texto, elas *não* são semanticamente equivalentes. No caso de *Disjunção*, trata-se de unir unidades que são

alternativas – frequentemente exclusivas – entre si; e, no caso de *Contraste*, trata-se de unir unidades que possuem algo de comparável, mas também algo em que se distinguem e se opõem. Portanto, no caso das RRs de *Disjunção* e *Contraste*, não apenas a ordem linear de uma unidade será um fator a contribuir para sua possível função conclusiva; também o fato de que *há diferença semântica*, embora não estrutural, entre as unidades de mesmo nível. Por exemplo, no caso abaixo, vemos uma clivada conclusiva em uma RR de *Contraste*:



Em resumo, com respeito às RRs multinucleares, formulamos, então, as seguintes hipóteses acerca de suas correlações com a “função conclusiva” de segmentos textuais:

- (15) Hipóteses 4: sobre as RRs multinucleares:
- (a) As relações em que *não* há distinção semântica entre as unidades não serão “caracteristicamente conclusivas”: *Conjunção, Lista, Sequência, Junção*
  - (b) As relações em que *há* distinção semântica entre as unidades podem ser “conclusivas”: *Contraste e Disjunção*

Estabelecidas nossas hipóteses, passamos a relatar o estudo empírico que desenvolvemos para testá-las.

## 4. MÉTODO E RESULTADOS

### 4.1 MÉTODO

Foram coletadas as ocorrências de clivadas num corpus composto por cerca de 50 textos (140.000 palavras) de editoriais, colunas, reportagens e matérias de capa de revistas e jornais nacionais (Veja, Isto É, Zero Hora, Folha de São Paulo e Carta Capital). Após a coleta das clivadas, procedeu-se a dois tipos de análise das ocorrências encontradas:

- a) *Classificação das ocorrências em conclusivas e não conclusivas*: por meio de um critério nocional, pré-teórico, pelo qual os analistas deveriam concordar que, após a ocorrência da clivada, havia mudança de desenvolvimento temático e, portanto, começo de novo segmento textual (como em (5) acima); nesses casos, a ocorrência foi classificada como *clivada conclusiva*; caso o enunciado seguinte à clivada desse continuidade ao segmento temático da clivada, a ocorrência foi classificada como *clivada não conclusiva*;
- b) *Análise retórica do trecho contendo a clivada*: identificação das RRs da clivada com os segmentos precedentes e subsequentes, de acordo com os critérios e definições da RST, conforme seção 3 acima e ANEXO A; procurou-se analisar um trecho significativo tanto do contexto precedente quanto seguinte, para que a estrutura de segmentos do texto ficasse suficientemente clara e incluísse, se possível, tanto o antecedente da pressuposição da clivada quanto o(s) termo(s) de comparação com o(s) qual(is) o constituinte clivado era comparado.

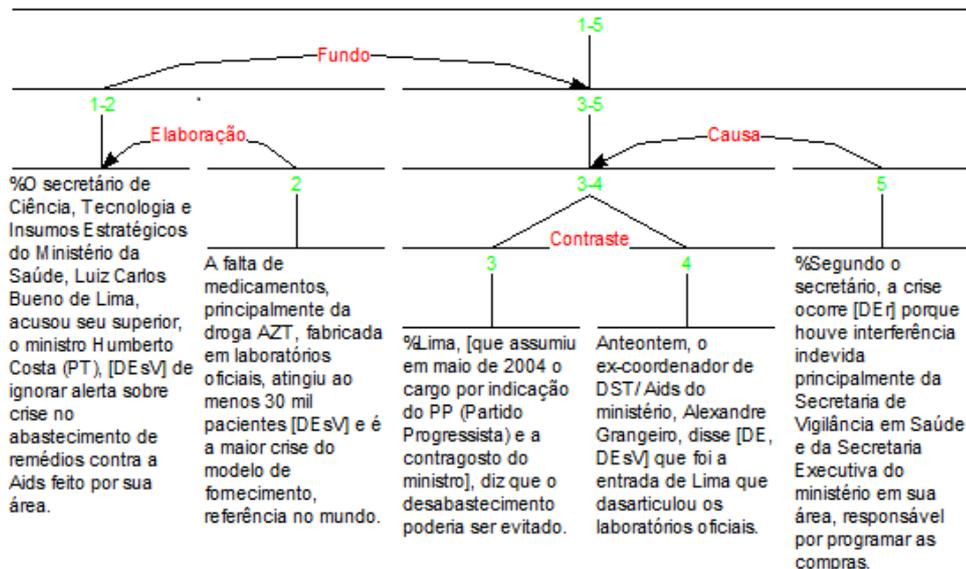
A análise retórica de cada ocorrência foi feita por um analista e revisada por dois outros analistas; discordâncias de análise foram discutidas em conjunto, até que uma análise consensual fosse obtida.

Obtidas as duas análises, procedeu-se a um estudo quantitativo das correlações entre clivadas conclusivas e não conclusivas, e os seguintes fatores: tipos de RRs e posição ou função da clivada na RR em que se encontra. Os resultados deste estudo são apresentados a seguir. Alertamos, de imediato, para o fato de que todos os resultados são apenas indicativos, pois o número de ocorrências de clivadas encontrado no corpus foi pequeno – 41 ocorrências, 16 das quais conclusivas e as demais 25 não conclusivas. Começamos a apresentação dos resultados pelas não conclusivas.

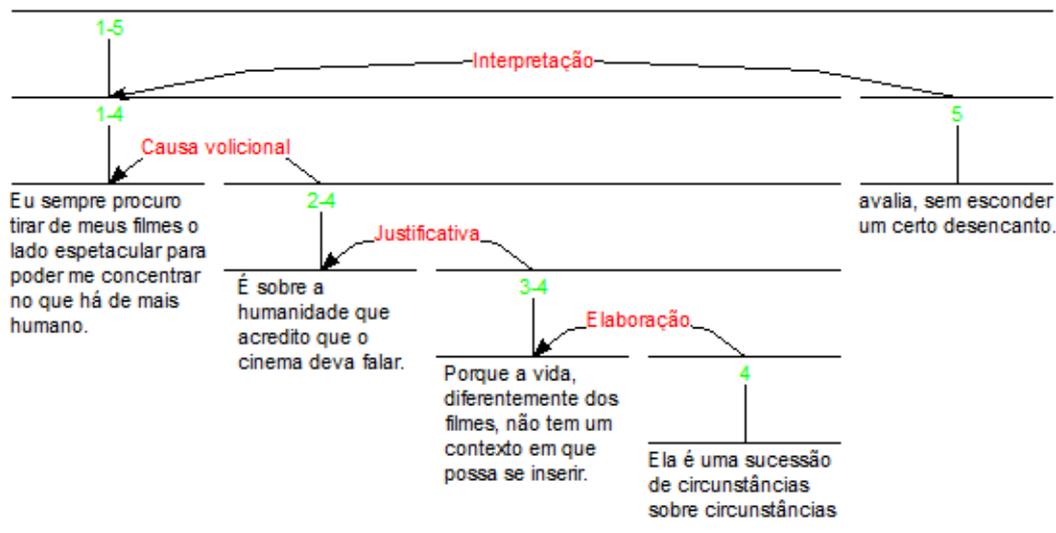
## 4.2 RESULTADOS 1: RELAÇÕES RETÓRICAS E CLIVADAS NÃO CONCLUSIVAS

Iniciamos pelo levantamento da correlação entre clivadas não conclusivas e os dois tipos estruturais de relações retóricas previstos pela RST – as relações multinucleares, em que todos os segmentos participantes são “núcleos”, isto é, estão no mesmo nível de contribuição para o desenvolvimento do texto; e as relações mononucleares, em que um dos segmentos, o “núcleo”, é mais central, e o outro é um “satélite”. Em (16) abaixo apresentamos um exemplo de clivada não conclusiva em uma RR multinuclear de *Contraste* (sentença 5) e em (17), um exemplo de clivada não conclusiva em uma RR mononuclear de *Causa* (sentença 2).

(16)



(17)



Na tabela 1 a seguir apresentamos a distribuição das 25 clivadas não conclusivas conforme a classificação estrutural das RRs:

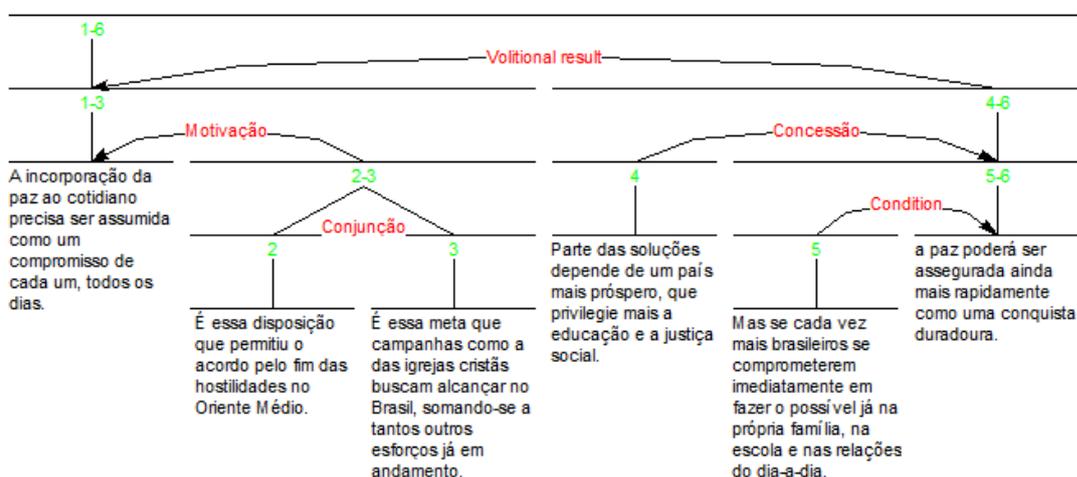
*Tabela 1: Distribuição das clivadas não conclusivas de acordo com tipo estrutural da RR*

<i>Tipo Estrutural da RR</i>	<i>Ocorrências</i>
Multinuclear	16
Mononuclear	09
<i>Total</i>	<i>25</i>

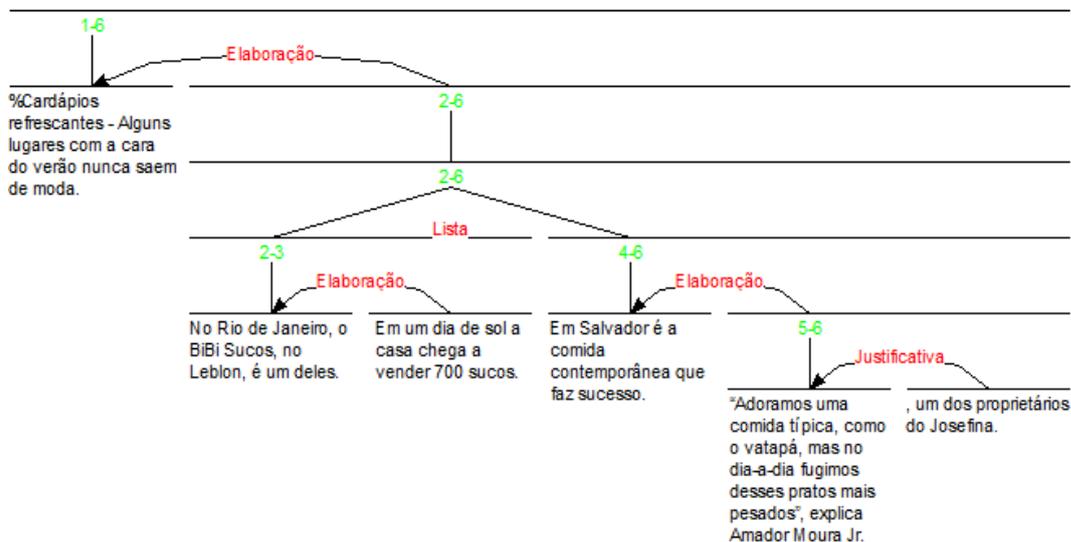
Como a tabela 1 mostra, aparentemente as clivadas não conclusivas têm preferência pelas RRs multinucleares, que constituem 2/3 do total (64%), contra 1/3 das ocorrências em RRs mononucleares (36%). Como veremos na discussão (seção 5 abaixo), este resultado é um dos indícios de que há reflexo da “função não conclusiva” das clivadas no tipo de RR que elas estabelecem no contexto.

A seguir, consideremos os resultados relativos às RRs multinucleares que ocorrem com as clivadas não conclusivas. Aqui, interessam não apenas quais relações multinucleares ocorrem, mas também *a posição* que a clivada ocupa no segmento multinuclear: se posição inicial, como primeiro núcleo, ou posição não inicial, isto é, como um dos demais núcleos. Em (18), temos um exemplo de clivada não conclusiva em posição inicial de uma relação de *Conjunção* (sentença 2); já (19) apresenta uma clivada não conclusiva em posição não inicial (sentença 4), em uma relação de *Lista*.

(18)



(19)



Os resultados obtidos para as clivadas não conclusivas, quanto às RRs multinucleares, são apresentados na tabela 2:

Tabela 2: clivadas não conclusivas de acordo com RR multinuclear e posição ocupada dentro do segmento multinuclear

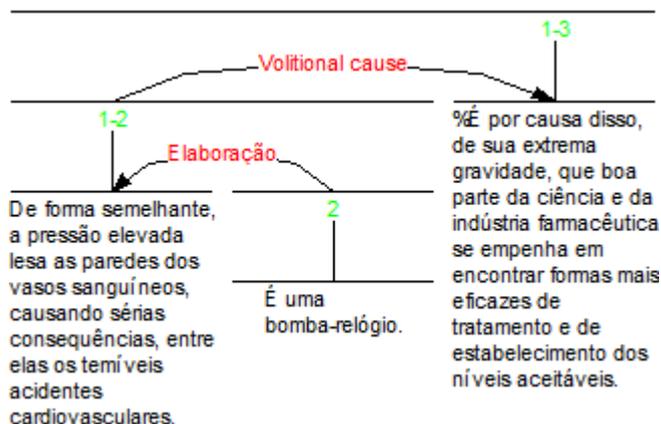
<b>RR</b>	<b>posição inicial</b>	<b>posição não-inicial</b>	<b>Totais</b>
Conjunção	03	04	07
Contraste	01	06	07
Lista	00	01	01
Reformulação Multinuclear	01	00	01
<b>Totais</b>	<b>05</b>	<b>11</b>	<b>16</b>

A tabela 2 apresenta praticamente apenas ocorrências com as relações de *Conjunção* e de *Contraste* (87,5% dos casos); as demais multinucleares são pouco frequentes. Percebemos também que as clivadas ocupam, na sua maior parte, posições não-iniciais (2/3 das ocorrências) nas relações multinucleares; como não se trata de clivadas conclusivas, este resultado pode ser indício de que a clivada procura satisfazer seus requisitos informacionais dentro do segmento no qual estabelece uma RR.

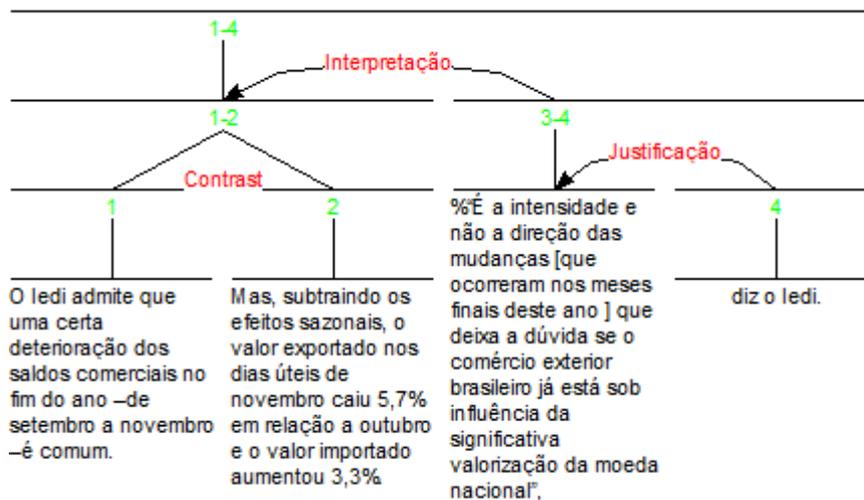
Consideremos agora os dados relativos às relações retóricas mononucleares das clivadas não conclusivas, e as funções que podem estabelecer dentro do segmento

mononuclear – de núcleo ou de satélite. Em (20), temos um exemplo de clivada não conclusiva em relação retórica de *Causa*, com função de núcleo; e em (21) temos um exemplo de clivada em uma relação de *Interpretação*, como satélite.

(20)



(21)



Na tabela 3, apresentamos os resultados para as clivadas não conclusivas:

Tabela 3: clivadas não conclusivas de acordo com RR mononuclear e função da clivada dentro do segmento mononuclear

<b>RR</b>	<b>Núcleo</b>	<b>Satélite</b>	<b>Totais</b>
Causa <sup>4</sup>	00	02	02
Elaboração	00	01	03
Resultado	00	01	01
Solução	01	00	01
Interpretação	00	01	01
Avaliação	00	01	01
Fundo	01	01	02
<b>Totais</b>	<b>02</b>	<b>07</b>	<b>09</b>

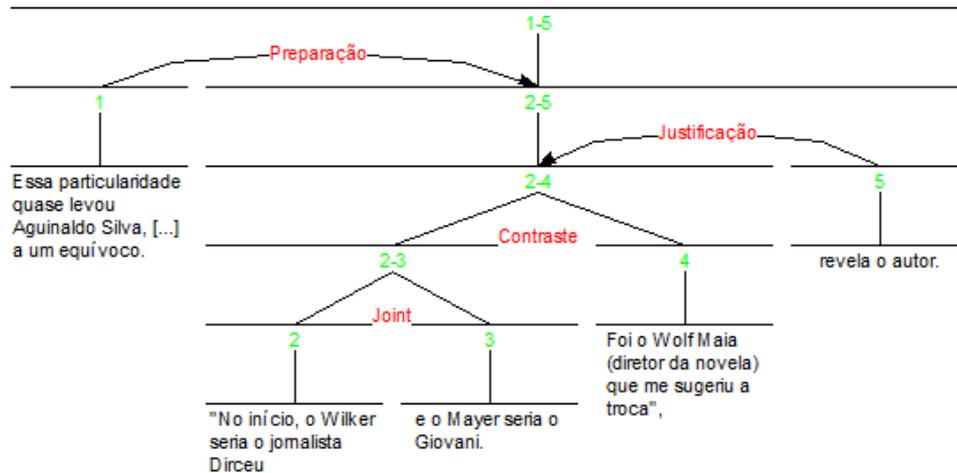
A tabela 3 mostra que há uma forte preferência, quase categórica, das clivadas não conclusivas pela função de satélite em RRs mononucleares. Além disso, vemos a ocorrência de RRs que eram esperadas por não serem “naturalmente conclusivas” – *Elaboração, Fundo*; mas vemos também ocorrências de RRs “conclusivas” – *Resultado, Interpretação, Avaliação, Solução*. Nenhuma RR parece ser claramente hegemônica. Esses resultados parecem indicar que há pouca relação entre o *conteúdo* da RR e a “função não conclusiva” das clivadas. A forte preferência pela função de satélite, contudo, pode ser indicativo de que a clivada procura satisfazer seus requisitos informacionais dentro do segmento no qual estabelece uma RR.

#### 4.3 RESULTADOS 2: RELAÇÕES RETÓRICAS E CLIVADAS CONCLUSIVAS

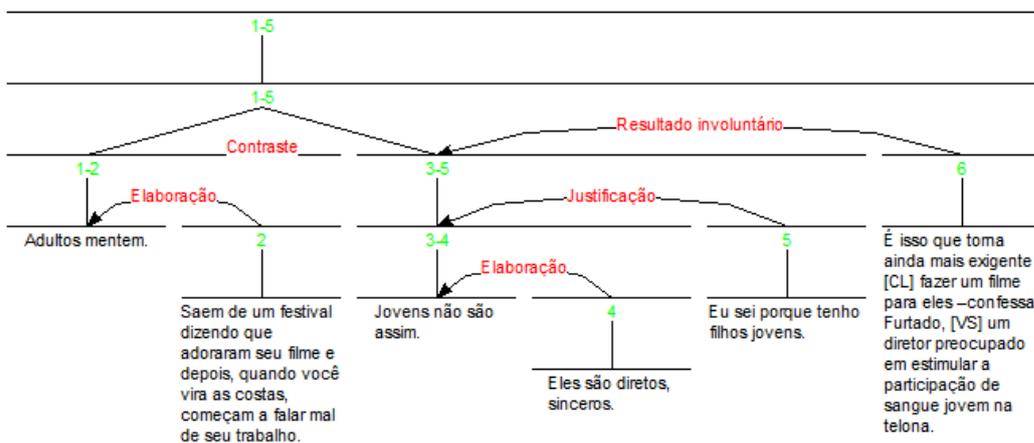
Partamos agora para a análise dos dados relativos às clivadas conclusivas – aquelas que encerram um segmento temático – e suas correlações com RRs multinucleares e mononucleares. Em (22) e (23), a seguir, apresentamos, respectivamente, exemplos de clivadas conclusivas em uma relação multinuclear (sentença 4, em *Contraste*) e em uma relação mononuclear (sentença 6, em *Resultado*):

<sup>4</sup> De acordo o quadro de relações retóricas proposto por Mann & Thompson (1988), as relações de causa e resultado podem ser fruto de uma ação voluntária ou não voluntária, sendo divididas em *resultado/causa voluntária* ou *involuntária*. Consideramos a distinção irrelevante para nossos fins aqui.

(22)



(23)



Na tabela 4, visualizamos os resultados encontrados das clivadas conclusivas quanto ao tipo estrutural de RR.

Tabela 4: Distribuição das clivadas conclusivas de acordo com tipo estrutural da RR

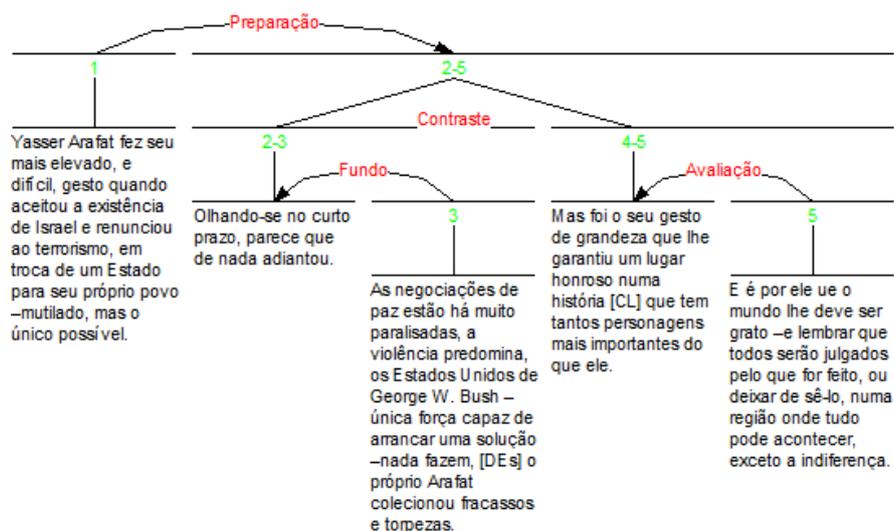
<i>Tipo Estrutural da RR</i>	<i>Ocorrências</i>
Multinuclear	06
Mononuclear	10
<i>Total</i>	<i>16</i>

Verificamos na tabela acima um padrão de distribuição inverso ao apresentado pelas não conclusivas: aqui, há preferência por RRs mononucleares (cerca de 2/3, 62% do total de ocorrências). Assim, a comparação deste resultado com o obtido com as não

conclusivas indica que a distinção entre conclusivas e não conclusivas se reflete no tipo estrutural das RRs que as clivadas estabelecem.

Vejam agora a distribuição das clivadas conclusivas quanto às RRs multinucleares e quanto a posição que ocupam em tais relações. No exemplo em (24) abaixo, ilustramos uma clivada conclusiva (sentença 4) em relação de *Contraste* e ocupando a posição final:

(24)



Na tabela seguinte, resumimos os resultados encontrados:

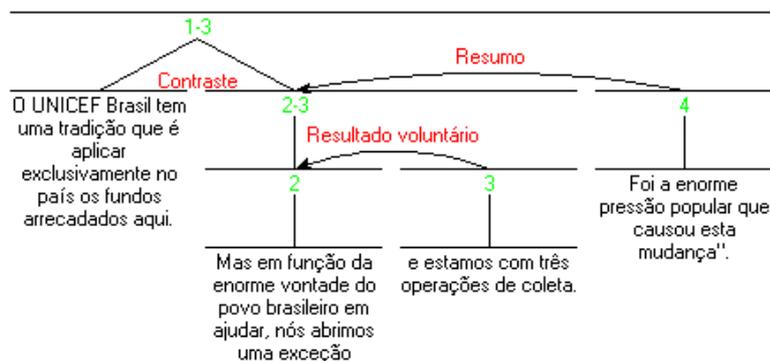
Tabela 5: clivadas conclusivas de acordo com RR multinuclear e posição ocupada dentro do segmento multinuclear

<i>RR</i>	<i>posição inicial</i>	<i>posição não inicial</i>
Contraste	00	06
<i>Totais</i>	00	06

Novamente, verificamos uma preferência das clivadas conclusivas – agora, a preferência é categórica – pelas posições não-iniciais. E, além disso, as conclusivas revelam – diferentemente das não conclusivas – uma preferência categórica pela RR de *Contraste*. Como veremos na discussão, ambos os resultados podem ser vistos como reflexo da “função conclusiva” destas clivadas.

A seguir, analisamos os resultados das clivadas conclusivas em relações retóricas mononucleares. O exemplo em (25) mostra uma clivada conclusiva em relação mononuclear de *Resumo* (sentença 4).

(25)



Abaixo, na tabela 6, apresentamos os resultados:

Tabela 6: clivadas conclusivas de acordo com RR mononuclear e função da clivada dentro do segmento mononuclear

<i>RR</i>	<i>Núcleo</i>	<i>Satélite</i>
Resumo	00	01
Resultado voluntário	00	01
resultado involuntário	00	02
Avaliação	00	03
Evidência	00	01
Background	00	01
Antítese	00	01
<i>Totais</i>	00	10

Como no caso das não conclusivas, vemos na tabela 6 que nenhuma RR é claramente hegemônica. Há RRs que eram esperadas por serem “naturalmente conclusivas” – *Resumo*, *Resultado*, *Avaliação*. Mas há também RRs “não conclusivas” – *Evidência* e *Background*. Também percebemos nos dados apresentados que há preferência – categórica – pela função de satélite. Alguns desses dados podem sugerir que, se há correlação entre conteúdo da RR e função conclusiva, ela não é forte. Por outro lado, como no caso das não conclusivas, há

indício de que a clivada procura satisfazer seus requisitos informacionais dentro do segmento no qual estabelece uma RR.

Na seção seguinte, discutiremos, ainda que brevemente, os resultados apresentados até aqui.

## 5. DISCUSSÃO

Primeiramente, salientamos que as conclusões traçadas são apenas indicativas, já que o número de dados coletados é pequeno, o que não permite tirar conclusões muito fortes. Notamos, contudo, alguns padrões interessantes, que podem nos fornecer elementos importantes a serem estudados com maior profundidade em trabalhos futuros.

Quanto às clivadas não conclusivas, notamos que um possível reflexo de sua “função não conclusiva” pode residir na preferência que apresentam por RRs multinucleares (cerca de 2/3 do total, contra 1/3 de ocorrências com RRs mononucleares; cf. tabela 1 acima). Clivadas não conclusivas estão em geral no interior de um desenvolvimento temático, em que há mais chances de “contribuir num mesmo grau de importância” para o desenvolvimento – portanto, estabelecendo RRs multinucleares. Como mencionamos na seção 3, das hipóteses, clivadas conclusivas, exatamente por serem parte do segmento final de um desenvolvimento temático, tenderão a ser menos centrais. De fato, essa expectativa parece se confirmar pela preferência que as conclusivas apresentam por relações mononucleares (tabela 4) e pela função de satélite nestas (tabela 6). Em resumo, os padrões inversos das conclusivas e não conclusivas no que diz respeito ao tipo estrutural de RRs com que ocorrem (cf. tabelas 1 e 4) parece ser reflexo das funções textuais de “conclusão” versus “parte do desenvolvimento temático”.

Assim, “fazer parte do desenvolvimento temático” favorece que as clivadas não conclusivas ocorram com RRs multinucleares. Por outro lado, porque isso refletiria que tendem a ser tão centrais quanto outros segmentos para um certo desenvolvimento, não esperaríamos que clivadas não conclusivas tivessem alguma preferência pelas posições finais em RRs multinucleares. Mas a tabela 2 mostra que têm, de modo similar às clivadas conclusivas. Para estas últimas, poderíamos explicar o resultado como reflexo da “função conclusiva”. Mas, como explicar preferência semelhante para as não conclusivas?

Parece-nos que, aqui, podemos estar diante de um resultado que reflete os *requisitos informacionais* das clivadas: é sabido que tanto “contraste” quanto “pressuposição anafórica” tendem a ser “locais” (ver, por exemplo, Givón 1992); portanto, é possível que haja uma tendência das clivadas em geral a procurarem satisfazer seu elemento de contraste e/ou sua pressuposição dentro do segmento no qual estabelecem a RR que as justifica textualmente. Uma vez que esse seria um reflexo dos aspectos *informacionais* das clivadas – que são compartilhados por conclusivas e não conclusivas –,

não seria de surpreender o padrão semelhante neste caso (cf. tabelas 2 e 4). Esse é um resultado que acreditamos deva ser melhor explorado em trabalhos futuros.

Observamos que, mesmo quanto a isso, as tabelas 2 e 4 ainda indicam alguma diferença entre conclusivas e não conclusivas: a ocorrência de conclusivas na posição não inicial (na verdade, na posição final – já que todos os casos são de *Contraste*) é categórica (06 em 06 casos, cf. tabela 4); as não conclusivas admitem (ainda que em apenas 1/3 dos casos) a ocorrência na posição inicial. Isso pode ser explicado do seguinte modo: clivadas não conclusivas, ainda que prefiram satisfazer seus requisitos informacionais dentro do segmento em que estabelecem sua RR, estarão dentro de um desenvolvimento maior, e poderão satisfazer tais requisitos dentro deste desenvolvimento maior. Novamente, trata-se de um resultado que precisa ser melhor investigado.

Finalmente, com respeito às correlações com RRs multinucleares, é interessante observar mais uma diferença entre conclusivas e não conclusivas. Como observamos acerca da tabela 2, as clivadas não conclusivas admitem vários tipos de RRs multinucleares; em particular, admitem aproximadamente na mesma proporção tanto relações de *Conjunção* quanto de *Contraste*. Entretanto, a tabela 4 revela que todos os casos de RRs multinucleares com clivadas conclusivas são de *Contraste*. Como discutimos na seção 3, isso era esperado: com conclusivas, esperamos RRs multinucleares que estabeleçam algum tipo de distinção semântica entre os segmentos relacionados – como no caso de *Contraste*; com não conclusivas, ao contrário, esperamos que em algumas circunstâncias ocorrerão juntamente com segmentos de mesma natureza semântica – como nas RRs de *Conjunção*. Portanto, esse é mais um resultado que indica reflexo das funções de “conclusão” vs. “parte de um desenvolvimento” nas RRs das clivadas.

Quanto às correlações os dois tipos de clivadas e as RRs mononucleares, a primeira observação importante é a seguinte: contrariamente ao que esperávamos, parece não haver qualquer correlação forte entre as funções de “conclusão” e “parte de um desenvolvimento” e o conteúdo semântico das RRs mononucleares. (Quanto às multinucleares, há uma correlação, mas mais de caráter estrutural, explicitada no parágrafo anterior.) Tanto a tabela 3 quanto a tabela 6 mostram que não há RR mononuclear hegemônica seja com as clivadas conclusivas, seja com as não conclusivas; que tendem a ocorrer com uma diversidade de RRs; e que, assim como clivadas ocorrem com RRs que não parecem ser “naturalmente conclusivas” (*Evidência, Background*), também as não

conclusivas ocorrem com RRs que parecem ser “naturalmente conclusivas” (*Resultado, Avaliação, Interpretação*).

Portanto, isso sugere que a distinção “conclusiva” vs. “não conclusiva” *não* se reflete – pelo menos, não de modo forte – no *conteúdo semântico* das RRs que as clivadas estabelecem. Isto é, as diferenças que até aqui observamos são mais de natureza “estrutural” – têm a ver com a posição da clivada, e com a possibilidade de terem ou não o “mesmo grau ou tipo de contribuição” para o texto. E há similaridades que parecem estar ligadas ao fato de que tanto clivadas conclusivas quanto não conclusivas compartilhem as mesmas características informacionais básicas.

Outro resultado importante com respeito às RRs mononucleares é que tanto clivadas conclusivas quanto não conclusivas favorecem fortemente (100% no caso das primeiras, cf. tabela 6, e em torno de 80% no caso das segundas, cf. tabela 3) a função de “satélite” em tais RRs. Este resultado era esperado no caso das clivadas conclusivas, como discutimos na seção 3, mas não no caso das não conclusivas: estas, pertencendo ao “interior” de um desenvolvimento temático, poderiam em princípio ser a parte mais ou menos central de um RR mononuclear. O resultado evoca a mesma preferência encontrada para ambos os tipos de clivadas com as RRs multinucleares: nestas, ambas as clivadas preferem fortemente as posições não iniciais do segmento. Sugerimos anteriormente que este resultado pode ser entendido, no caso das não conclusivas, como sinal de que as clivadas como um todo preferem satisfazer seus requisitos informacionais no interior da RR que estabelecem.

Podemos imaginar modos de estender essa idéia também para a preferência das não conclusivas pela função de “satélite”. É possível que as clivadas não apenas prefiram satisfazer seus requisitos informacionais no interior da RR em que se encontram, mas também prefiram fazer isso respeitando algum tipo de relação de “dominância” – seja de “precedência linear” (no caso das RRs multinucleares), seja de “precedência funcional” (no caso das RRs mononucleares). Um outro modo de entender a relação das não-conclusivas com a função de satélite é que haja alguma correlação entre “ser satélite” e “posição final em uma RR”. Em qualquer das duas possibilidades, nos parece claro que o fator condicionante é que a clivada procura satisfazer seu contraste e/ou sua pressuposição no segmento “precedente/dominante” com o qual está relacionada.

Precisamos fazer, de novo, a ressalva de que se trata de um resultado interessante que merece ser melhor investigado, especialmente porque, como já dissemos, o corpus

com o qual trabalhamos oferece um número pequeno de ocorrências. Ainda assim, a interpretação que fizemos parece adequada ao quadro geral dos demais resultados: (a) as clivadas conclusivas e não conclusivas podem apresentar diferenças de distribuição textual que têm a ver com aspectos estruturais das RRs; (b) apresentam semelhanças que têm a ver com satisfazerem seus requisitos informacionais no interior da RR que estabelecem – especialmente porque são localmente precedidas e/ou “funcionalmente” dominadas por outro segmento nesta RR; (c) praticamente não há relação direta entre a distribuição das clivadas conclusivas e não conclusivas com o conteúdo semântico particular das RRs.

Por fim, podemos elencar alguns passos para obter, no futuro, resultados mais seguros e confiáveis. Entre eles, ampliar o corpus do projeto, coletando um número maior e mais significativo de construções clivadas; estender o estudo a outras línguas em que clivadas parecem apresentar as mesmas propriedades informacionais (ver TEIXEIRA, 2013, para análise dos efeitos de exaustividade de clivadas no espanhol). Além disso, seria interessante analisar as ocorrências de outros tipos de clivadas que não as canônicas, como as pseudo-clivadas: estas, ao contrário das clivadas canônicas, são, por exemplo, apropriadas para abertura de discurso (cf. Menuzzi & Roisenberg 2010, Menuzzi 2010). Além disso, talvez fosse interessante estudar nossos resultados sob a perspectiva de outras teorias de organização do discurso, como a DRT (Kamp & Reyle 1999) e a abordagem QUD (Büring 2003), que adotam um conjunto menor, mais “estrutural”, de relações entre segmentos ou “domínios” do discurso – este tipo de estudo poderia auxiliar a entender melhor que aspectos do discurso a RST e as demais teorias estão descrevendo.

## 6. REFERÊNCIAS

COSTA, JOÃO; LOBO, MARIA. **Estruturas clivadas: evidência dos dados do português europeu não-standard**. In: ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2009, João Pessoa, Universidade Federal do Paraná. Volume 2, p. 3800 – 3806, Disponível em [http://www.clunl.edu.pt/resources/images/Grupos/Linguistica\\_comparada/3.\\_costa\\_&\\_lobo\\_2009.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/images/Grupos/Linguistica_comparada/3._costa_&_lobo_2009.pdf) Acesso em 01 jan. 2014.

BRAGA, MARIA LUIZA. **Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista**. 1 ed. Vol. 16. Rio de Janeiro: Matruga, 2009.

BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. **As construções-Q no português brasileiro culto falado: relativas, clivadas e interrogativas**. In: KATO, M. e NASCIMENTO, M. (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Vol III. Campinas: Editora Unicamp.

BÜRING, D. (2003) **On D-Trees, Beans, and B-Accents**. *Linguistics & Philosophy* 26, 511-545.

GIVÓN, T. **English grammar: a function-based introduction**. Vols. I e II. Amsterdã: John Benjamins, 1993.

GIVÓN, T. **The grammar of referential coherence as mental processing instructions**. *Linguistics* 30, 5-55, 1992.

KAMP, H; REYLE, U. (1993) **From discourse to logic**. Kluwer, Dordrecht.

KAMP, H.; VAN GENABITH, J; REYLE, U. (2005) **Discourse representation theory**. In D. Gabby e F. Guenther, eds., *Handbook of Philosophical Logic*, Vol 13. Dordrecht: Kluwer.

KISS, KATALIN É. **Identificational focus versus information focus**. *Language*: 74(2):245-273. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~kroch/courses/lx650/650-10/Kiss1998.pdf> Acesso em 02 jan. 2014.

LAMBRECHT, K. **A framework for the analysis of cleft constructions**. *Linguistics* 39.3., 463-516, 2001.

MANN, WILLIAM C. & SANDRA A. THOMPSON. **Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization**. *Text* 8 (3): 243-281, 1988. Disponível em: <http://www.cis.upenn.edu/~nenkova/Courses/cis700-2/rst.pdf> Acesso em 01 jan. 2014.

MANN, WILLIAM C; TABOADA, MAITE. <http://www.sfu.ca/rst/> Acesso em 02 jan. 2014.

MENUZZI; ROISENBERG. **Tópicos contrastivos e contraste temático: um estudo do papel discursivo da “articulação informacional”**. 1 ed. Campinas: Cadernos de Estudos

Linguísticos, 2010. Disponível em: <https://sites.google.com/site/smenuzzi/artigos-hand-outs-etc> Acesso em 01 jan. 2014.

ROISENBERG, G. R. **Clivadas e tópicos contrastivos: estudos sobre a semântica e a pragmática da articulação informacional**. 2009. 108 f. Dissertação de mestrado – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROISENBERG; MENUZZI. **Pressuposição, exaustividade e denegação das clivadas**. 1 ed. Minas Gerais: Revista de Estudos da Linguagem, 2008. Disponível em <https://sites.google.com/site/smenuzzi/artigos-hand-outs-etc>. Acesso em 01 jan. 2014.

TABOADA, MAITE; MANN, WILLIAM. **Rhetorical structure theory: looking back and moving ahead**. 1 ed. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: Discourse Studies, 2006. Disponível em [http://www.sfu.ca/~mtaboada/docs/Taboada\\_Mann\\_RST\\_Part1.pdf](http://www.sfu.ca/~mtaboada/docs/Taboada_Mann_RST_Part1.pdf) Acesso em 01 jan. 2014.

TEIXEIRA; MENUZZI. **Diferentes efeitos de exaustividade em clivadas: um estudo de corpus**. Artigo submetido à revista ALFA (UNESP, Araraquara), 2013. In: SEMINÁRIO DE TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA, 2013, Porto Alegre, PPGL/UFRGS. Disponível em: <https://sites.google.com/site/smenuzzi/artigos-hand-outs-etc> Acesso em 01 jan. 2014.

TEIXEIRA, MARIANA TERRA. **Clivadas em espanhol**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

## ANEXO A – DEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES DE APRESENTAÇÃO EM RST

Definições das relações de apresentação			
Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Antítese	em N: A tem atitude positiva face a N	N e S estão em contraste (cf. a relação de Contraste); devido à incompatibilidade suscitada pelo contraste, não é possível ter uma atitude positiva perante ambas as situações; a inclusão de S e da incompatibilidade entre as situações aumenta a atitude positiva de L por N	A atitude positiva do L face a N aumenta
Concessão	em N: A possui atitude positiva face a N em S: A não afirma que S não está certo	A reconhece uma potencial ou aparente incompatibilidade entre N e S; reconhecer a compatibilidade entre N e S aumenta a atitude positiva de L face a N	A atitude positiva de L face a N aumenta
Elaboração	em N: apresenta uma acção de L (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S por L aumenta a capacidade potencial de L para executar a acção em N	A potencial capacidade de L para executar a acção em N aumenta
Evidência	em N: L pode não acreditar em N a um nível considerado por A como sendo satisfatório em S: L acredita em S ou considera-o credível	A compreensão de S por L aumenta a crença de L em N	A crença de L em N aumenta
Fundo	em N: L não compreende integralmente N antes de ler o texto de S	S aumenta a capacidade de L compreender um elemento em N	A capacidade de L para compreender N aumenta
Justificação	nenhuma	A compreensão de S por L aumenta a sua tendência para aceitar que A apresente N	A tendência de L para aceitar o direito de A a apresentar N aumenta
Motivação	em N: N é uma acção em que L é o actor (incluindo a aceitação de uma oferta), não realizada face ao contexto de N	A compreensão de S aumenta a vontade de L para executar a acção em N	A vontade de L para executar a acção em N aumenta
Preparação	nenhuma	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N	L está mais preparado, interessado ou orientado para ler N
Reformulação	nenhuma	em N + S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante; N é mais central para alcançar os objectivos de A do que S	L reconhece S como reformulação
Resumo	em N: N deve ser mais do que uma unidade	S apresenta uma reformulação do conteúdo de N, com um peso inferior	L reconhece S como uma reformulação mais abreviada de N

## ANEXO B – DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONTEÚDO EM RST

<b>Definições das relações de conteúdo</b>			
<b>Nome da relação</b>	<b>Condições em S ou N, individualmente</b>	<b>Condições em N + S</b>	<b>Intenção do A</b>
Alternativa (anti-condicional)	em N: N representa uma situação não realizada em S: S representa uma situação não realizada	realização de N impede a realização de S	L reconhece a relação de dependência de impedimento que se estabelece entre a realização de N e a realização de S
Avaliação	nenhuma	em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Causa involuntária	em N: N não representa uma acção voluntária	S, por outras razões que não uma acção voluntária, deu origem a N; sem a apresentação de S, L poderia não conseguir determinar a causa específica da situação; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece S como causa de N
Causa voluntária	em N: N constitui uma acção voluntária ou mesmo uma situação possivelmente resultante de uma acção voluntária	S poderia ter levado o agente da acção voluntária em N a realizar essa acção; sem a apresentação de S, L poderia não perceber que a acção foi suscitada por razões específicas ou mesmo quais foram essas razões; N é mais importante do que S para cumprir os objectivos de A, na criação da combinação N-S	L reconhece S como a causa da acção voluntária em N
Circunstância	em S: S não se encontra não realizado	S define um contexto no assunto, no âmbito do qual se pressupõe que L interprete N	L reconhece que S fornece o contexto para interpretar N
Condição	em S: S apresenta uma situação hipotética, futura, ou não realizada (relativamente ao contexto situacional de S)	Realização de N depende da realização de S	L reconhece de que forma a realização de N depende da realização de S
Condição inversa	nenhuma	S afecta a realização de N; N realiza-se desde que S não se realize	L reconhece que N se realiza desde que S não se realize
Elaboração	nenhuma	S apresenta dados adicionais sobre a situação ou alguns elementos do assunto apresentados em N ou passíveis de serem inferidos de N, de uma ou várias formas, conforme descrito abaixo. Nesta lista, se N apresentar o primeiro membro de qualquer par, então S inclui o segundo:	L reconhece que S proporciona informações adicionais a N. L identifica o elemento do conteúdo relativamente ao qual se fornece pormenores

		conjunto :: membro abstracção :: exemplo todo :: parte processo :: passo objecto :: atributo generalização :: especificação	
Incondicional	em S: S poderia afectar a realização de N	N não depende de S	L reconhece que N não depende de S
Interpretação	nenhum	em N + S: S relaciona N com várias ideias que não se encontram directamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N
Método	em N: uma actividade	S apresenta um método ou instrumento que tende a aumentar as probabilidades de realização de N	L reconhece que o método ou instrumento de S tende a aumentar as probabilidades de realização de N
Propósito	em N: N é uma actividade; em S: S é uma situação que não se encontra realizada	S será realizado através da actividade de N	L reconhece que a actividade em N se inicia para realizar S
Resultado involuntário	em S: S não representa uma acção voluntária	N causou S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A, ao criar a combinação N-S, do que a apresentação de S	L reconhece que N poderia ter causado a situação em S
Resultado voluntário	em S: S constitui uma situação ou acção voluntária possivelmente resultante de uma acção voluntária	N pode ter causado S; a apresentação de N é mais importante para cumprir os objectivos de A do que a apresentação de S	L reconhece que N pode ser uma causa da acção ou situação em S
Solução	em S: S apresenta um problema	N constitui uma solução para o problema apresentado em S	L reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S

## ANEXO C – DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES MULTINUCLEARES EM RST

<b>Definições das relações multi-nucleares</b>		
<b>Nome da relação</b>	<b>Condições em cada par de N</b>	<b>Intenção de A</b>
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante	L reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças	L reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada
Disjunção	Um dos elementos apresenta uma alternativa (não necessariamente exclusiva) à(s) outra(s)	L reconhece que os elementos inter-relacionados constituem alternativas
Junção	nenhuma	nenhuma
Lista	Um elemento comparável a outros e ligado a outro N através de uma relação de Lista	L reconhece a possibilidade de comparação dos elementos relacionados
Reformulação multi-nuclear	Um elemento constitui, em primeiro lugar, a repetição de outro, com o qual se encontra relacionado; os elementos são de importância semelhante aos objectivos de A	L reconhece a repetição através dos elementos relacionados
Sequência	Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos	L reconhece as relações de sucessão entre os núcleos